

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

ATLAS LINGUÍSTICOS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS DE PERNAMBUCO: DOS CAMINHOS METODOLÓGICOS À SÍNTESE DOS RESULTADOS

Edmilson Sá

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13629>

Submetido em: 2025-10-01

Postado em: 2025-10-08 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Marcela Paim (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1303-3763>)

ATLAS LINGUÍSTICOS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS DE PERNAMBUCO: DOS CAMINHOS METODOLÓGICOS À SÍNTESE DOS RESULTADOS

Edmilson José de Sá (CESA/UPE)

<https://orcid.org/0000-0002-1615-881X>

Resumo: Este artigo tem o intuito de apresentar os atlas linguísticos construídos sobre o falar pernambucano registrado em comunidades tradicionais, discutindo sua metodologia de coleta de dados, abrangência geográfica e principais resultados que visam contribuir com a diversidade linguística brasileira. Cronologicamente o estado já conta com nove atlas linguísticos, a começar pelo que descreveu a variação na Zona da Mata Sul, passando pelo atlas estadual e por outros trabalhos de pequeno domínio que envolveram a zonas urbana e rural até alcançar as comunidades quilombolas e indígenas, pertencentes aos grupos tradicionais. Esses grupos que, hoje, lutam pelo reconhecimento de seus territórios e direitos não são meros resquícios de um passado distante, mas constituem a prova de resiliência de seus ancestrais, materializada através da língua. Assim, no âmbito dessa descrição, serão divulgados fenômenos fonéticos e lexicais cujo conhecimento permite refletir sobre a constituição étnica de Pernambuco resultante de batalhas históricas onde a opressão e a resistência caminharam lado a lado.

Palavras-chave: Atlas linguísticos. Comunidades tradicionais. Metodologia. Resultados.

LINGUISTIC ATLASES OF THE PERNAMBUCAN DIALECT: MAPPING VARIATION IN TRADITIONAL COMMUNITIES

Abstract: This article aims to present the linguistic atlases constructed on the Pernambucan dialect, specifically those recording variation within traditional communities. The study discusses their data collection methodology, geographic scope, and main results, all of which seek to contribute to Brazilian linguistic diversity. Chronologically, the state already has nine linguistic atlases, starting with the one that described variation in the Zona da Mata Sul, moving through the state-wide atlas, and including other small-domain studies that encompassed both urban and rural areas, eventually reaching the Quilombola and Indigenous communities that belong to traditional groups. These groups, who are currently fighting for the recognition of their territories and rights, are not mere remnants of a distant past; rather, they constitute the proof of their ancestors' resilience, materialized through language. Thus, within the scope of this description, phonetic and lexical phenomena will be highlighted. Knowledge of these phenomena allows for reflection on the ethnic constitution of Pernambuco, which resulted from historical battles where oppression and resistance walked side by side.

Keywords: Linguistic atlases. Traditional communities. Methodology. Results.

Introdução

A riqueza cultural do estado de Pernambuco advém de uma miscigenação formada por povos indígenas originários, colonizadores europeus e populações africanas trazidas à força. Esse entrelaçamento, que se desenrolou ao longo de séculos, contribuiu para a criação de uma identidade cultural plural, cujas manifestações têm se espalhado por todo o território, refletindo-se nas práticas religiosas, agrícolas, festivas e, de maneira

indelével, na comunicação, conforme já apontado em estudos conferidos a Lima Sobrinho (2010).

Assim, o português falado em Pernambuco constitui um espelho dessa história, carregando as marcas de contatos linguísticos intensos e, por vezes, conflituosos, refletidas na pronúncia e no léxico. Apesar da riqueza etnolinguística, os estudos geolinguísticos em comunidades tradicionais pernambucanas são um campo de exploração recente.

Trabalhos como o *Atlas Linguístico Quilombola do Moxotó e Ipanema de Pernambuco (ALQUIMPE)*, de 2018, e o recente *Atlas Linguístico de Áreas Indígenas do Agreste e Sertão de Pernambuco (ALAIASPE)*, surgiram da necessidade de documentar a fala de grupos historicamente marginalizados. Enquanto o primeiro focou nas marcas de línguas africanas em áreas quilombolas, o segundo investigou a herança indígena no português falado em territórios vizinhos, revelando um *continuum* linguístico que se transforma a cada dia.

Este artigo, portanto, tem como objetivo apresentar uma síntese dos caminhos metodológicos e dos resultados de ambos os atlas, destacando, no momento, as particularidades do português falado em comunidades quilombolas e indígenas de Pernambuco.

A justificativa para esta análise comparativa reside na importância de preencher uma lacuna nos estudos dialetais pernambucanos, em que pese a existência de atlas linguísticos de falares urbanos e rurais construídos de 2009 a 2013, eximindo, até então, a pesquisa em comunidades tradicionais. Desse modo, ao documentar as variedades registradas nos dois trabalhos, pretende-se refletir sobre singularidades linguísticas e promover o respeito à pluralidade cultural do Brasil.

A metodologia empregada em ambos os projetos se alinha aos princípios da Geolinguística Pluridimensional (Thun, 2009), que articula a distribuição geográfica dos fenômenos linguísticos com variáveis sociais como faixa etária, gênero e escolaridade. A partir da aplicação de questionários adaptados do *Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)* (Cardoso et al., 2014), foram coletados dados lexicais e fonéticos para a construção do atlas quilombola e apenas lexicais para o atlas de áreas indígenas, mais tarde transcritos e analisados a fim de serem inseridos em um conjunto de cartas linguísticas. Essas cartas permitem, pois, visualizar a dinâmica de conservação e inovação na fala das comunidades investigadas, oferecendo um testemunho de que as línguas e culturas tradicionais resistem e se reinventam, mesmo diante de um histórico de opressão e apagamento.

Descrição dos estudos dialetais em Pernambuco

Os primeiros estudos sobre as variedades linguísticas de Pernambuco datam da década de 1950, com o trabalho pioneiro de Mário Marroquim, intitulado "A Língua do Nordeste" (1934). Nessa obra, o autor analisou características dialetais de diversas regiões nordestinas, incluindo Pernambuco. Além de estudos sociolinguísticos, sobretudo voltados para a influência de restrições sociais no falar da capital, Recife, os estudos passaram a focar na variação geográfica, possibilitando a construção de atlas linguísticos.

Os atlas linguísticos pernambucanos, então, têm fornecido uma visão panorâmica dos esforços de documentação e análise da diversidade linguística no estado. Cada atlas cobriu uma área geográfica ou sociocultural específica, com o objetivo de mapear variações diatópicas e sociais que refletem o seu panorama cultural. A metodologia variou conforme o foco de cada estudo, seja ele na zona rural ou urbana. Neles foram aplicados tanto questionários tradicionais do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) (Cardoso et al., 2014) quanto questionários adaptados para temas regionais, como os referentes ao *frevo* e *maracatu*, e destacaram aspectos lexicais, fonéticos e morfossintáticos das variedades do português falado no estado.

A organização dos atlas incluiu cartas introdutórias e cartas linguísticas específicas para diferentes fenômenos, deixando clara a variação decorrente da interferência de dimensões diastráticas como a faixa etária e contextos regionais a fim de captar as nuances da identidade linguística pernambucana em contextos urbanos e rurais. Ao compreender elementos culturais e práticas tradicionais, como as do Vale do Catimbau e das comunidades quilombolas, os atlas registraram a língua portuguesa falada em Pernambuco, indo além das simples variantes linguísticas para incorporar dados necessários à compreensão das influências culturais e históricas que moldam a linguagem. Desse modo, destaca-se o valor desses documentos como ferramentas de preservação e estudo das características da língua e cultura locais, ao mesmo tempo em que oferece uma base metodológica sólida para futuros estudos dialetológicos e geolinguísticos no estado.

O *Atlas Linguístico da Zona da Mata Sul (ALMASPE)*, construído por Almeida (2009), abordou, pioneiramente, o estudo linguístico da região da Zona da Mata Sul de Pernambuco, incluindo localidades como Barreiros, Belém de Maria, Palmares, Ribeirão, São Benedito do Sul e Sirinhaém. Os informantes tinham entre 18 e 30 anos ou entre 40 e 65 anos. A metodologia empregada foi baseada no questionário do Atlas Linguístico do

Brasil (ALiB) (Cardoso et al., 2014), e o atlas apresenta 7 cartas introdutórias e 45 cartas linguísticas.

No ano seguinte, o *Atlas Eponímico de Tupanatinga (AETUP)*, produto de monografia de Especialização conferido a França (2010), foca nos nomes de ruas do município de Tupanatinga. O trabalho utilizou as taxonomias adaptadas de Dick (1990), e descreveu os epônimos locais cartograficamente.

Ferreira (2011) elaborou o *Atlas Linguístico de Buíque (ALIBUI)* a partir do corpus adquirido nos inquéritos realizados nos cinco bairros representativos de Buíque e abrange uma faixa etária de 18 a 30 anos e de 50 a 65 anos. Além do questionário do ALiB, a pesquisa incluiu perguntas específicas sobre a região do Vale do Catimbau. O atlas contém 3 cartas introdutórias e 40 cartas linguísticas.

O *Esboço de um Atlas Linguístico Rural de Pernambuco* organizado por Sá e Andrade Neto (2013) é voltado para o Agreste Centro-meridional e a região do Moxotó, contemplando a zona rural de cidades como Alagoinha, Arcoverde, Buíque, Caetés, Custódia e Ibimirim. Com informantes de 12 a 19 anos¹, o projeto utilizou um questionário próprio sobre atividades rurais, organizado em 15 campos semânticos, incluindo temas como agricultura familiar, caatinga e criação de gado. O atlas contém 3 cartas introdutórias e 40 cartas linguísticas.

A tese de Sá (2013) teve como produto o *Atlas Linguístico de Pernambuco (ALiPE)* com um levantamento linguístico em 20 municípios, entre eles Recife, Caruaru e Petrolina. Os informantes eram divididos em faixas etárias de 18 a 30 anos e 50 a 65 anos, seguindo a metodologia do ALiB e itens específicos sobre aspectos culturais regionais, como frevo, barro, maracatu e renascença. O atlas apresenta 6 cartas introdutórias e 105 cartas linguísticas, distribuídas entre 50 fonéticas, 47 semântico-lexicais e 8 morfossintáticas.

Produto de um trabalho de conclusão da disciplina Estudos dialetais, foi construído o *Atlas Linguístico Bidimensional do Sertão do Pajeú Pernambucano (ALBISERPE)* sob a organização de Sá et al. (2017). Focado na região do Pajeú, esse atlas abrange municípios como Afogados da Ingazeira, Carnaíba e Tabira e inclui informantes de 18 a 65 anos, alguns deles sem escolaridade. Para os inquéritos, foram aplicadas 63

¹ Esse perfil foi seguido para atender a uma proposta feita a alunos universitários do curso de Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CESA) para que os dados fossem coletados em escolas de ensino fundamental a fim de verificar o repertório linguístico de alunos que tinham vivência rural.

perguntas do Questionário Semântico-Lexical do ALiB (Cardoso et al., 2014), resultando em 63 cartas léxicas.

O *Atlas Linguístico da Pedra* de Silva (2018) encerra o compêndio de atlas pernambucanos em comunidades não tradicionais, em que foram inquiridos moradores de bairros do referido município, incluindo José Campelo Salviano e Centro, com informantes de 18 a 40 e 50 a 70 anos. Baseado em um questionário semântico-lexical, o atlas contém 3 cartas introdutórias e 199 cartas semântico-lexicais.

Os estudos dialetais em Pernambuco sistematizados a partir dos atlas supracitados preenchem, então, as lacunas no conhecimento sobre o português, e sublinham a importância de reconhecer e preservar as identidades que moldam a fala do estado. É nesse contexto de interconexão entre língua, cultura e história que se compreende a formação social e linguística de seu povo.

A matriz afro-indígena na formação histórica de Pernambuco

A compreensão da constituição étnica de Pernambuco requer que se debruce em sua história, que integra um processo marcado por dinâmicas de conquista, exploração econômica e, simultaneamente, por estratégias de resistência e ressignificação cultural. Segundo Andrade (2004), antes mesmo da chegada dos portugueses, o território que viria a ser Pernambuco era um mosaico de povos originários, com destaque para os grupos do tronco Tupi, como os *Tabajara* e os *Caetés* no litoral, e para a diversidade de povos *Tapuia*, como os *Cariri*, que se espalhavam pelo Agreste e Sertão. Essas sociedades possuíam sistemas de organização social, redes de comércio e uma conexão cosmológica com a terra, elementos que seriam brutalmente confrontados pelo projeto colonial.

A invasão portuguesa no século XVI inaugurou um período de desapropriação territorial e genocídio. A expansão da lavoura canavieira em Pernambuco, sobretudo, na Zona da Mata e, posteriormente, da pecuária no interior, empurrou os povos indígenas para uma encruzilhada trágica: a submissão, a fuga ou a guerra. A resistência dos *Caetés*, por exemplo, segundo Almeida (1997), foi usada como justificativa para sua escravização em massa, enquanto Oliveira (2018), mencionada que outros grupos, como os *Tapuia* e os *Cariri*, foram aldeados em missões religiosas, um mecanismo eficaz de aculturação e controle. Ainda assim, a resistência nunca cessou. Muitos grupos, como os *Xukuru*, *Kapinawá* e *Fulni-ô*, recuaram para serras e áreas de difícil acesso, onde puderam, com

grande custo, reorganizar-se e preservar elementos de sua identidade, transformando esses territórios em bastiões de memória e luta que perduram até hoje.

Paralelamente, a consolidação da economia açucareira demandou uma fonte de mão de obra que sustentasse sua escala industrial. A solução foi o sequestro e a importação massiva de africanos escravizados. Pernambuco, junto com a Bahia, tornou-se um dos principais portos de desembarque, recebendo centenas de milhares de homens e mulheres de diversas partes da África, como Angola, Congo e a Costa da Mina.

De fato, grande parte dos nordestinos descende de africanos, sendo que, para Pernambuco, eles foram trazidos à força de suas terras pelos portugueses e vieram para o estado para serem escravizados e trabalhar em plantações de cana-de-açúcar, nos engenhos, na pecuária e nas casas das famílias que eram proprietárias de terras. O aumento das plantações de cana-de-açúcar impulsionou o crescimento do número de pessoas escravizadas, como menciona o Padre Antônio Vieira [1648] (1925, p. 243):

Todo o debate agora é sobre Angola, e é matéria em que não hão-de ceder, porque sem negros não há Pernambuco, e sem Angola não há negros, e como nós temos o comércio do sertão, ainda que eles tenham a cidade de Loanda temem que, se nós tivermos outros portos, lhes divertamos por eles tudo.

Essa previsão foi confirmada quase 200 anos depois, já que, segundo Goulart (1975, p. 269), a quantidade de escravizados trazida do país no começo do século XIX foi similar ao número de escravos levados para o Pará e o Maranhão.

De acordo com Miller (1975), há indícios de que milhares de escravos de Benguela podem ter sido levados para Pernambuco entre 1817 e 1825. A vinda de escravos de outros países africanos, como Luanda e o Sudão, também é sugerida.

Os escravos de origem sudanesa em Pernambuco, vindos principalmente da Bahia, eram levados para os currais do sertão e trabalhavam com atividades agrícolas e pecuárias. Eles foram conduzidos ao interior por vaqueiros que, para fugir da intensa exploração nos canaviais do Recôncavo, seguiram a margem do Rio São Francisco. A presença desses escravos sudaneses é notada entre os cafuzos do sertão.

As contribuições étnicas e culturais dos negros na população pernambucana são visíveis em diversos aspectos, como a cor da pele (morena ou parda), características físicas (cabelo crespo, lábios volumosos e narizes largos) e na riqueza do vocabulário, conforme apontam Sette e Andrade (1959).

Assim, a resposta mais emblemática à violência da escravização foi a formação de quilombos. Mais do que simples locais de refúgio, os quilombos eram verdadeiros estados autônomos, com organização social, política e militar próprias. O maior e mais duradouro deles, o Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga (na divisa com o atual estado de Alagoas), representou uma república africana em pleno território colonial por quase um século. Liderado por figuras como Ganga Zumba e Zumbi, Palmares não era apenas um refúgio para africanos, mas também para indígenas e brancos pobres, constituindo uma sociedade multiétnica de resistência. A complexidade desses espaços desafia visões simplistas já que:

[...]os mocambos e quilombos não eram apenas comunidades de fugitivos da escravidão. Tratava-se de um campesinato que se expandia e se diversificava, com ampla autonomia, envolvendo diferentes arranjos sociais, políticos e econômicos. [...]Eram territórios de reelaboração de identidades, onde se cruzavam diferentes experiências, inclusive de indígenas e de brancos pobres e desertores. (Gomes, 2015, p. 45).

A destruição de Palmares em 1694 não significou o fim da luta como revela Arruti (2006), pois centenas de outros quilombos, como os que deram origem às comunidades do Sítio Quilombo (Águas Belas) e Mundo Novo (Buíque), continuaram a existir, garantindo a sobrevivência física e cultural de seus descendentes.

A dinâmica entre esses grupos não foi de simples coexistência. Houve momentos de aliança, como em Palmares, mas também de conflito, muitas vezes instigado pelos próprios colonizadores. No entanto, o resultado mais duradouro foi a intensa miscigenação e o sincretismo cultural. No Agreste e no Sertão, a figura do "caboclo" emergiu como a personificação da fusão entre o indígena e o branco pobre, enquanto o "cafuzo" representava a união entre indígenas e africanos. Essa mescla não se deu apenas no plano biológico, mas também no cultural: práticas agrícolas, crenças religiosas (como a Jurema Sagrada, de matriz indígena, mas com forte influência africana), hábitos alimentares e, crucialmente, na própria linguagem, que absorveu e adaptou vocábulos e estruturas de múltiplas origens.

Os atlas linguísticos de comunidades tradicionais pernambucanas em perspectiva: caminhos metodológicos

A documentação da diversidade linguística em Pernambuco, especialmente no que tange às suas comunidades tradicionais, foi materializada em dois projetos geolinguísticos complementares: o Atlas Linguístico Quilombola do Moxotó-Ipanema Pernambucano (ALQUIMPE) (Sá, 2018) e o Atlas Linguístico de Áreas Indígenas do Agreste e Sertão de Pernambuco (ALAIASPE) (Sá, 2025). Embora compartilhem a base teórica da Geolinguística Pluridimensional (Thun, 2009), que busca analisar a variação no espaço geográfico e social, cada atlas possui especificidades metodológicas que refletem as realidades das comunidades investigadas.

O ALQUIMPE, concluído em 2018, foi um projeto pioneiro focado na fala de comunidades quilombolas das microrregiões do Moxotó e do Vale do Ipanema. A pesquisa foi realizada em cinco comunidades certificadas pela Fundação Palmares: Sítio Quilombo (Águas Belas), Mundo Novo (Buíque), Buenos Aires (Custódia), Poço Dantas (Inajá) e Riacho dos Porcos (Sertânia). O objetivo central era investigar a presença de traços linguísticos, sobretudo lexicais e fonéticos, que pudessem revelar a influência de línguas africanas, especialmente do tronco Banto, no português falado na região.

Para a coleta de dados em cada uma das cinco comunidades, foram selecionados quatro informantes, totalizando 20 participantes. O perfil foi estratificado para garantir a representatividade de variáveis sociais, conforme o padrão estabelecido pelo Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), com adaptações.

Para cada ponto, a diagnose foi realizada com quatro informantes, sendo dois homens e duas mulheres entre 18 e 40 anos (Geração 1) e dois entre 50 e 70 anos (Geração 2), com a escolaridade de nível fundamental I, anos finais.

Todos os informantes foram naturais da comunidade, filhos de pais também pertencentes ao grupo e tinham baixa exposição a contatos externos, garantindo, assim, um registro mais vernáculo da fala local.

Os instrumentos utilizados foram o Questionário Semântico-Lexical (QSL) e o Questionário Fonético-Fonológico (QFF) do ALiB (Cardoso et al., 2014), adicionados de vinte e uma questões voltadas para os "aspectos culturais do quilombo", abrangendo itens lexicais relacionados a danças, rituais, instrumentos musicais e organização social de matriz africana. Ao todo, foram aplicadas 421 questões, sendo 151 questões de cunho fonético e 270 de natureza semântico-lexical. As entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas foneticamente e ortograficamente. A análise desses dados transcritos resultou na elaboração de 11 cartas fonéticas e 21 cartas léxicas que mapearam

a variação de itens como *caxixi*, *feitiço* e *caluji*, revelando a constância de africanismos e um cenário de variação diatópica e diastrática passível de comparações.

Concluído em 2025, o Atlas Linguístico de Áreas Indígenas do Agreste e Sertão de Pernambuco (ALAIASPE) expandiu a pesquisa para as comunidades indígenas localizadas nas mesmas mesorregiões, com o objetivo de mapear a diversidade do português falado por esses povos e investigar a influência de suas línguas originárias, com destaque para o *Tupi* e o *Yaathe*. A pesquisa de campo ocorreu em seis territórios, representando os povos Fulni-ô (Águas Belas), Kambiwá (Ibimirim), Kapinawá (Buíque), Tuxá (Inajá), Xukuru do Ororubá e Xukuru de Cimbres (ambos em Pesqueira).

A metodologia de seleção dos informantes seguiu o mesmo padrão do ALQUIMPE, totalizando 24 participantes (quatro em cada ponto), com equilíbrio de gênero e faixa etária. No entanto, o perfil etário foi ligeiramente ajustado para 18 a 35 anos (Faixa 1) e acima de 45 anos (Faixa 2), devido à dificuldade de encontrar informantes mais velhos que se enquadrassem nos critérios do ALiB. A escolaridade foi limitada ao ensino médio, e a naturalidade da aldeia foi um critério indispensável.

O questionário do ALAIASPE também se baseou no QSL do ALiB, mas com adaptações para refletir o universo indígena. Foram acrescentadas questões aos campos semânticos "atividades agropastoris", "fauna", "religiões e crenças", e o campo "vida urbana" foi inteiramente reformulado para "vida na aldeia". Das 231 questões aplicadas, foram selecionados os itens de maior variação lexical para a cartografia. Esse processo culminou na construção de 83 cartas semântico-lexicais, refletindo uma heterogeneidade lexical ainda mais acentuada.

O retrato da língua portuguesa falada em comunidades tradicionais pernambucanas

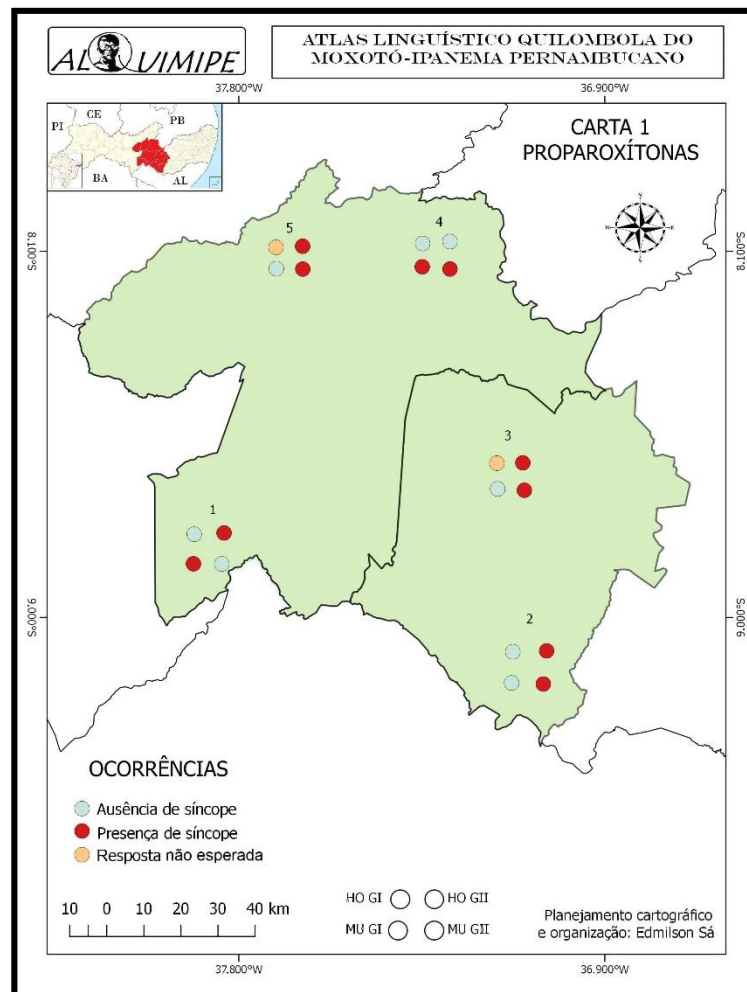
Os dados do Atlas Linguístico Quilombola do Moxotó-Ipanema Pernambucano (ALQUIMPE) e do Atlas Linguístico de Áreas Indígenas do Agreste e Sertão de Pernambuco (ALAIASPE) foram construídos com o intuito de traçar um panorama real do português falado por esses grupos tradicionais. Longe de ser um sistema homogêneo, a língua se revela como um conjunto de variantes que evidencia tanto áreas de convergência, fruto da convivência histórica e geográfica, quanto de divergência, que marcam as fronteiras étnicas e culturais.

Descrivendo os resultados do atlas linguístico quilombola

A verificação dos dados coletados para o Atlas Linguístico Quilombola do Moxotó-Ipanema Pernambucano (ALQUIMIPE) oferece um panorama da realidade linguística de cinco comunidades da região, cujos resultados, tanto no nível fonético quanto no lexical, revelam uma fala marcada por processos de variação que refletem a história de isolamento, o contato com outras variedades do português e a herança cultural africana.

No campo fonético, o estudo se concentrou em fenômenos já consolidados sobre o português brasileiro, a exemplo das proparoxítonas, que revelou uma competição entre a manutenção da estrutura canônica e a realização sincopada (com perda de sílaba). Cerca de 50% das ocorrências mantiveram a forma proparoxítona, enquanto 40% apresentaram síncope ([ˈfosko] para fósforo). Notavelmente, a forma sincopada mostrou-se mais frequente na fala dos informantes da segunda faixa etária (50-70 anos), sugerindo que a inovação, neste caso, não está sendo liderada pelos mais jovens, que podem estar mais expostos à norma padrão através da escolarização e dos meios de comunicação. Isso pode ser confirmado na figura 1:

Figura 1: Comportamento das palavras proparoxítonas nos quilombos pernambucanos



Fonte: Sá (2018)

Outro fenômeno de destaque foi a variação da lateral /l/ em posição pós-vocálica. A semivocalização em [w] ([sow] para sol) predominou nos pontos de inquérito do Moxotó (Poço Dantas, Riacho dos Porcos, Buenos Aires) e no ponto 2 do Ipanema (Quilombo). Contudo, a comunidade de Mundo Novo (ponto 3) se destacou por apresentar realizações aspiradas ([ah'moso] para almoço) e até mesmo o tepe ([kar'são] para calção), indicando uma fronteira dialetal social mais do que geográfica para esse traço específico.

Além da predominância de [w], o alçamento da vogal média anterior em posição pretônica de itens como *tesoura*, *colher*, *cebola* se registrou mais acentuadamente na maioria dos pontos de inquérito. A manutenção do grau de abertura da pretônica /e/ foi predominante nas falas dos informantes mais jovens de Sertânia (ponto 4) e nos informantes masculinos da primeira faixa etária em Quilombolas de Inajá (ponto 1) e Águas Belas (ponto 2). De modo semelhante, a realização da vogal média posterior em

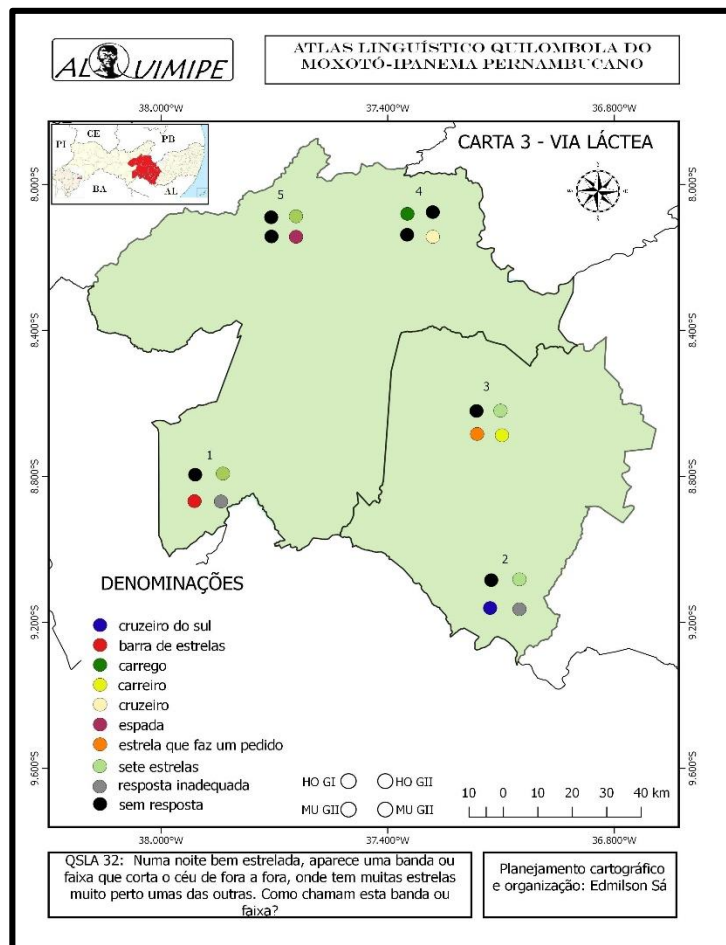
posição pretônica em itens como *botar*, *bonito* e *ovelha*, o alçamento constitui um marcador do português falado pelos quilombolas.

Ao observar as ocorrências fonéticas para a lateral palatal /ʎ/ em *orelha*, *abelha* e *olho*, foi percebida a manutenção desse segmento na fala da mulher mais jovem de Inajá (ponto 1) e dos homens de mais idade das comunidades quilombolas de Águas Belas (ponto 2), Buíque (ponto 3) e Custódia (ponto 5). Os mais inovadores, por outro lado, apresentaram o apagamento da palatal na fala dos demais informantes, atingindo a categoricidade na fala dos quilombolas do Sertânia (ponto 4), não sendo, pois, regulada pela dimensão diagenérica nem diageracional.

Face à perspectiva lexical, o ALQUIMIPE demonstrou que, embora o léxico seja predominantemente de origem latina, há uma presença significativa de variantes que remetem tanto à herança africana quanto indígena. A carta 15, dedicada ao item "feitiço", é emblemática, pois foram registradas as variantes *macumba* e *catimbó*, ambas de origem banto, coexistindo com a forma latina *bruxaria*. A distribuição dessas variantes não se mostrou aleatória, indicando que a escolha lexical está imbuída de valores culturais e identitários.

A heterogeneidade lexical foi uma constante, como observado na carta 13 ("coxo"), com 15 denominações diferentes, incluindo *aleijado*, *cambeta*, *cambota* e *zambeto*. A análise diatópica mostrou que os pontos 2 (Sítio Quilombo) e 3 (Mundo Novo), ambos na microrregião do Ipanema e com maior dificuldade de acesso, foram os que apresentaram maior número de variantes (55 cada), sugerindo que o relativo isolamento geográfico favorece a conservação de formas lexicais distintas. Em contraste, o ponto 5 (Buenos Aires), mais próximo a um centro urbano e com maior infraestrutura, apresentou a menor quantidade de variantes únicas (40).

A distribuição diageracional (por idade) e diagenérica (por gênero), por sua vez, também trouxe resultados que merecem ser comentados. Itens como *barreiro* e *rio* (para "riacho"), *estrela d'alva* e *carreiro* (para "Via Láctea") foram de uso exclusivo das mulheres. Já os homens foram os únicos a registrar variantes como *levada* e *córrego* (para "riacho"), *meteoro* (para "estrela cadente") e *mondé* (para "arapuca"). Essa divisão sugere que os papéis sociais e as esferas de atividade de homens e mulheres no quilombo podem influenciar seu repertório lexical. A figura 2, na sequência, ilustra esse ponto de vista.



Fonte: Sá (2018)

Desse modo, percebe-se que os resultados do ALQUIMPE refletem o retrato de uma variedade do português que é, ao mesmo tempo, conservadora e inovadora. Ela preserva em seu léxico as marcas da história africana, ao mesmo tempo em que participa de processos de variação fonética comuns a outras falas rurais do Brasil. A distribuição dos dados revela que a língua nessas comunidades é um sistema dinâmico, moldado pela interação entre geografia, idade, gênero e, acima de tudo, pela identidade cultural de seu povo.

Casos de variação lexical no atlas de áreas indígenas

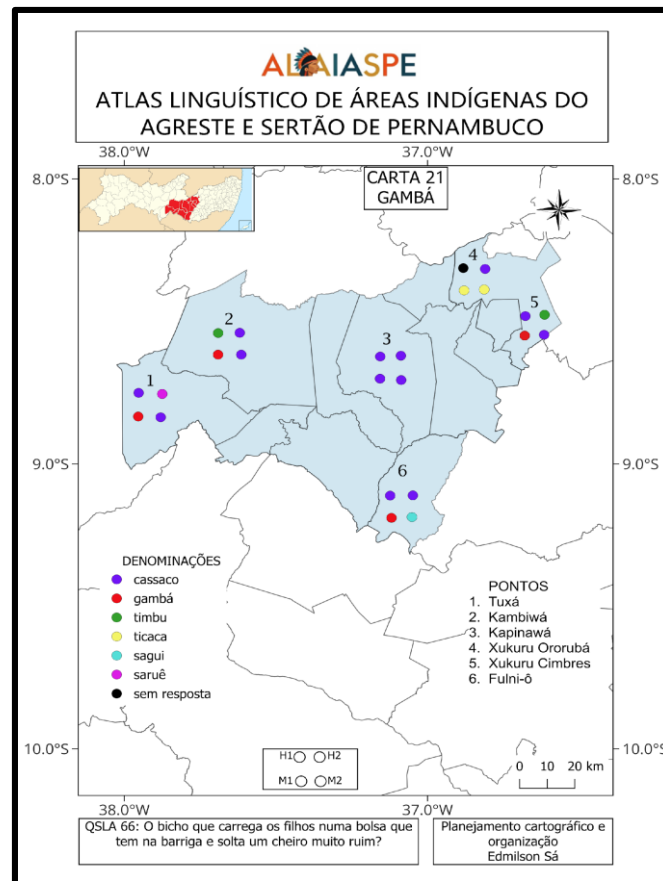
Considerando os dados do Atlas Linguístico de Áreas Indígenas do Agreste e Sertão de Pernambuco (ALAIASPE) (Sá, 2025), a fala das seis comunidades indígenas investigadas — Fulni-ô, Kambiwá, Kapinawá, Tuxá, Xukuru do Ororubá e Xukuru de Cimbres — constitui um testemunho da interação entre o português e as línguas

originárias, notadamente o Tupi e o Yaathe. As 83 cartas semântico-lexicais elaboradas a partir dos inquéritos demonstram que o léxico, mais do que um simples inventário de palavras, funciona como um arquivo da memória, da identidade e da cosmovisão desses povos, preservando a preservação de itens lexicais de origem indígena, especialmente do tronco Tupi.

Ao analisar quantitativamente o *corpus* cartografado, foram contabilizadas 520 ocorrências lexicais, das quais 47 denominações são de origem *tupi* e 7 são da língua *Yaathe*. Juntas, elas correspondem a 11% do total, um percentual significativamente maior que as 13 ocorrências de origem africana (3%) encontradas no mesmo *corpus*. Isso indica uma retenção da herança linguística ancestral, mesmo após séculos de contato e políticas de assimilação.

A vitalidade da matriz linguística indígena no português falado nas comunidades do Agreste e Sertão de Pernambuco é evidente na análise de itens lexicais que nomeiam a fauna e a cultura material. Concernente à carta com as denominações para ‘gambá’ (Carta 21), a variante *cassaco*, por exemplo, mostrou-se amplamente difundida e com pouca concorrência de outras denominações como *gambá* ou *timbu*, consolidando-se como o termo padrão na região para o marsupial. A variante *ticaca* predominou na fala das mulheres do povo Xukuru do Ororubá. Ainda foram registradas duas variantes com ocorrência única, conforme pode ser observado na figura 3: *sagui*, na fala da mulher da segunda faixa etária do povo Fulni-ô e *saruê*, na fala do homem da segunda-faixa do povo Tuxá.

Figura 3: Denominações para ‘gambá’ nos territórios indígenas pernambucanos



Fonte: Sá (2025)

De forma semelhante, a carta com as denominações para *teiú* (Carta 26) apresenta essa variante na maioria dos pontos de inquérito, com pelo menos uma ocorrência, à exceção do povo Fulniô, que prefere denominar o réptil de *camaleão*.

A mesma tendência de conservação do léxico *tupi* se observa nas denominações *tanajura* e *taioca* registrada nas cartas para *saiúva* (Carta 29) e *tucandeira* (Carta 30), demonstrando como a língua ancestral continua a ser a principal referência para a nomeação da entomofauna local. Porém, ao registrar variantes como *formigão*, *cortadeira*, *formiga de fogo*, *formiga rainha* e *formiga da roça* na primeira carta e *formigão*, *formiga-preta* e *cavalo-do-cão*, percebe-se como a língua portuguesa através de sua influência latina e de outros idiomas europeus, especialmente na construção de fraseologismos e descrições baseadas em características, também moldam a forma de nomear e classificar as espécies locais.

Essa influência transcende o mundo natural e se firma na cultura material e espiritual, como se vê, também, na carta 56, com as variantes lexicais para *oca*. A figura mostra que *terreiro* / *terreiro sagrado* foi a resposta mais frequente para designar o espaço

cerimonial e de convívio. *Ouricuri* foi categórico no inquérito realizado com o povo Fulni-ô. A variante *default* teve registro na fala das mulheres, enquanto *furna* foi predominante na fala masculina, independentemente da faixa etária. Apenas *igreja*, observada na fala da mulher da faixa 1 do povo Kambiwá e *casa de oração* na fala do homem da faixa 2 do povo Xukuru do Ororubá foram as respostas únicas na diagnose.

Na carta 57, *maracá*, também do tupi, foi a denominação predominante para o chocalho ritualístico, confirmando que o léxico de origem indígena é um pilar não apenas para descrever o ambiente, mas para vivenciar e expressar a própria identidade cultural.

O caso do povo Fulni-ô (ponto 6) merece destaque por ser a única comunidade no Nordeste a manter sua língua nativa (o *Yaathe*) em uso comunitário, os dados refletem um bilinguismo ativo. Para o item *riacho* (Carta 1), foi registrada a variante *rio etka*, que significa rio pequeno, enquanto que para pinguela (Carta 2), a forma *shaletka* foi documentada, da mesma forma que foi registrada a variante *oya* para *onda de rio* (Carta 3). Essa capacidade de alternar entre o português e o *Yaathe*, ou de integrar vocábulos nativos na fala em português, é um indicador de resistência e vitalidade linguística encontrado no estudo.

A análise diageracional, por sua vez, corroborou a hipótese de que os falantes mais velhos (Faixa 2, acima de 45 anos) registram o léxico de origem indígena mais acentuadamente, a exemplo de variantes como *aió*, *pujá* (adorno de cabeça) e *quaquir* (cachimbo cerimonial).

Em contraste, os informantes mais jovens (Faixa 1, 18-35 anos) demonstraram um repertório lexical mais alinhado com o português regional padrão, embora ainda preservem termos indígenas de uso mais difundido. Essa dinâmica sugere um processo gradual de substituição lexical, impulsionado pela escolarização e pela mídia, mas que ainda não erodiu completamente a base linguística ancestral

De fato, nenhum item lexical pesquisado se mostrou monoléxico (com apenas uma variante) em todos os pontos. A carta 17 – *picada* (caminho no mato), por exemplo, registrou sete variantes, quais sejam: *vareda*, *picada*, *estrada*, *broca*, *trilha*, *vaquejador* e *caminho*.

Nesse sentido, entende-se que os resultados do ALAIASPE refletem o retrato de um português "indigenizado". A língua falada nessas comunidades é um campo onde português serve como língua franca, mas o substrato tupi e a presença viva do *Yaathe* continuam a moldar o vocabulário, especialmente nos domínios semânticos mais ligados à identidade e ao território. O léxico, portanto, atua como um monumento da história e da

resistência desses povos, reafirmando a impossibilidade de se compreender o português falado no Brasil sem reconhecer suas raízes indígenas.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo central apresentar uma síntese dos caminhos metodológicos e dos resultados de dois importantes projetos geolinguísticos de Pernambuco: o Atlas Linguístico Quilombola do Moxotó-Ipanema Pernambucano (ALQUIMPE) e o Atlas Linguístico de Áreas Indígenas do Agreste e Sertão de Pernambuco (ALAIASPE). Ao adotar a perspectiva da Geolinguística Pluridimensional (Margotti, 2008), buscou-se não apenas mapear a variação diatópica, mas também compreender como fatores sociais como idade, gênero e escolaridade interagem com a história e a identidade cultural para moldar o português falado em comunidades quilombolas e indígenas. A análise comparativa desses atlas oferece um retrato multifacetado da paisagem linguística pernambucana, revelando a língua como um arquivo vivo da memória e da resistência.

Os resultados do ALQUIMPE, focado nas comunidades quilombolas do Moxotó e Ipanema, evidenciaram a persistência de traços lexicais de origem africana, como *caxixi*, *catimbó* e *caluji*, que, embora em menor número, funcionam como marcadores identitários e culturais. A variação fonética, exemplificada pela redução de proparoxítonas e pela realização da lateral /l/ em coda silábica, demonstrou que a fala quilombola é um sistema dinâmico, influenciado por um equilíbrio entre conservação e inovação. A distribuição desses fenômenos revelou que o isolamento geográfico e as interações sociais internas das comunidades desempenham um papel atuante na manutenção de variantes vernáculas, enquanto a exposição a centros urbanos pode introduzir novas dinâmicas de variação.

Por sua vez, o ALAIASPE, que investigou as comunidades indígenas do Agreste e Sertão, revelou uma notável preservação de tupinismos no léxico, com 11% das ocorrências lexicais de origem indígena, incluindo termos como *gambá*, *teiu*, *saíva*, *tucandeira*, *oca* e *maracá*. A vitalidade da língua ancestral é ainda mais acentuada no caso dos *Fulni-ô*, que mantêm o *Yaathe* em uso ativo, integrando vocábulos como *oya* e *shaletka* ao seu português. Essa presença lexical indígena, especialmente entre os falantes mais velhos, sublinha, na visão de Almeida (1997), a conexão desses povos com seu

território e suas tradições, e a língua como um pilar central na construção e manutenção de suas identidades culturais

A comparação entre os dois atlas permite inferir que, embora ambos os grupos compartilhem uma história de marginalização e resistência, as formas de manifestação linguística dessa resistência diferem. Enquanto o ALQUIMIPE aponta para uma herança africana mais difusa no léxico, mas presente em dinâmicas fonéticas e sociais, o ALAIASPE revela uma matriz indígena mais robusta e diretamente ligada à nomeação do mundo natural e cultural. Para Gomes (2015), essa distinção ressalta a importância de abordagens metodológicas sensíveis às particularidades históricas e etnoculturais de cada comunidade, evitando generalizações e valorizando a heterogeneidade linguística como um reflexo da pluralidade humana

Dessa maneira, os atlas linguísticos de comunidades tradicionais pernambucanas não são meros registros de variantes dialetais; são documentos que dão voz a grupos historicamente silenciados, revelando a língua como um espaço de memória, identidade e luta.

A continuidade de projetos como aqui descritos é, sem dúvida, um marco para a Dialectologia brasileira, pois contribui para uma compreensão mais aprofundada da formação do português no Brasil, ao mesmo tempo em que promove o reconhecimento e a valorização da diversidade linguística e cultural do país. Futuras pesquisas poderiam explorar a intersecção entre esses dois universos, investigando possíveis contatos linguísticos entre comunidades quilombolas e indígenas e aprofundando a análise das dinâmicas de variação e mudança linguística em contextos de bilinguismo e multilinguismo.

Referências

- ALMEIDA, E.A. **Xucuru**, filhos da mãe natureza: uma história de resistência e luta. Olinda, 1997.
- ALMEIDA, Edilene Oliveira. **Atlas Linguístico da mata sul de Pernambuco (ALMASPE)**. Dissertação de Mestrado. UFPB, João Pessoa, 2009.
- ANDRADE, M.C.O. **Pernambuco: cinco séculos de colonização**. João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2018.
- ARRUTI, J. M. **Mocambo: antropologia e história dos processos de formação**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

- CARDOSO, S. et al. **Atlas Linguístico do Brasil**. Londrina: EDUEL, 2014.
- DICK, M V P A. **Motivacao toponimica e a realidade brasileira**. . São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- FERREIRA, M. S. **Atlas Linguístico de Buíque (ALIBUI)**. 2011. Monografia (Graduação em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- FRANÇA, A. P. **Atlas Eponímico de Tupanatinga (AETUP)**. 2010. Monografia (Especialização em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claroenigma, 2015.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. Documentos históricos sobre a Comarca do São Francisco. Recife: Secretaria do Interior e Justiça - Arquivo Público Estadual, 1951. In: MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2016.
- OLIVEIRA, J. R. Os habitantes do Rio e as Missões religiosas no Sertão: a paisagem do Rio São Francisco – Orocó, PE. **Revista de Arqueología Histórica Argentina y Latinoamericana**, 12(3), Buenos Aires, 2018. 507–526.
- SÁ, E. J. **Atlas Linguístico de Pernambuco (ALiPE)**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- SÁ, E. J. **Atlas Linguístico Quilombola do Moxotó-Ipanema Pernambucano (ALQUIMIPE)**. Relatório de Pós-Doutorado – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- SÁ, E. M. **Atlas Linguístico de Áreas Indígenas do Agreste e Sertão de Pernambuco (ALAIASPE)**. Relatório de Pós-Doutorado – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2025.
- SÁ, E. J. (org.) **Atlas Linguístico Bidimensional do Sertão do Pajeú Pernambucano (ALBISERPE)**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Linguística) – Patos (PB): Faculdades Integradas de Patos, 2017.
- SÁ, E. J.; ANDRADE NETO, A. A. **Esboço de um Atlas Linguístico Rural de Pernambuco**. Olinda: Livro Rápido, 2013.
- SILVA, J. P. **Atlas Linguístico da Pedra**. 2018. Monografia (Graduação em Letras) – Universidade de Pernambuco, Garanhuns, 2018.
- THUN, H. A Geolinguística pluridimensional, a história social e a história das línguas. In: AGUILERA, V. de A. (Org.). **Para uma história do português brasileiro**. v. VII: vozes, veredas, voragens. Londrina: EDUEL. Tomo II, 2009. p. 531-558.

Declaração de contribuição dos autores

Edmilson José de Sá declara que atuou na elaboração do artigo nos seguintes quesitos: organização, socialização de documentos comprobatórios, análise e interpretação do material, metodologia, redação das versões preliminar e final, aprovação da versão a ser publicada e concordância quanto à responsabilidade por todos os aspectos do trabalho.

Declaração de conflito de interesse

O autor declara que não há conflito de interesse.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi mencionado e, quando possível, publicado no próprio artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.